

## A cidade cresceu e o cemitério também, é hora de mudar: a dinâmica dos primeiros locais de enterramento na cidade de Ponta Grossa



### RESUMO

O presente trabalho parte do princípio de que os espaços de enterramento são componentes das estruturas das cidades, não sendo possível excluí-los de seu conjunto formativo. Acredita que esses lugares podem ser classificados como bens culturais, e por intermédio de sua materialidade, oportunizam conhecer referenciais envolvendo o comportamento e atitudes tanto de pessoas quanto instituições. O objetivo proposto foi analisar a edificação dos primeiros cemitérios da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, na dinâmica histórica da cidade, observando os elementos que se entrecruzaram no contexto de sua construção. Para tal, fará uso da documentação da Câmara dos Vereadores da cidade, constatando-se os vários entraves a serem vencidos para a edificação dos locais de enterramento na cidade.

**Palavras-chave:** Cemitério; História; Cidade; Ponta Grossa; Morte.

\* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Integrante do Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. CV: <http://lattes.cnpq.br/8411243746415020>



## The city has grown and the cemetery too, it is time to change: the dynamics of the first burial sites in the city of Ponta Grossa

### ABSTRACT

The present work starts from the principle that the burial spaces are components of the structures of the cities, and it is not possible to exclude them from their formative set. Thus, it is believed that these places can be classified as cultural assets, and that through their materiality, they provide opportunities to know references that involve the behavior and attitudes of both people and institutions. Thus, the objective of this work was to analyze the construction of the first cemeteries of the city of Ponta Grossa (PR), in the dynamics of the history of the city, observing the elements that intersected in the context of its construction from the documentation of the City Council, which found that there were several obstacles that had to be overcome for them to be built.

**Keywords:** Cemetery; History; City; Ponta Grossa; Death.

## La ciudad ha crecido y el cementerio también, es hora de cambiar: la dinámica de los primeros enterramientos en la ciudad de Ponta Grossa

### RESUMEN

El presente trabajo se basa en el principio de que los espacios funerarios son componentes de las estructuras de las ciudades, y no es posible excluirlos de su conjunto formativo. Se cree que estos lugares pueden ser catalogados como bienes culturales, y a través de su materialidad, brindan la oportunidad de conocer referencias que involucran el comportamiento y las actitudes tanto de las personas como de las instituciones. El objetivo propuesto fue analizar la construcción de los primeros cementerios en la ciudad de Ponta Grossa, Paraná, en la dinámica histórica de la ciudad, observando los elementos que se cruzaron en el contexto de su construcción. Para ello, hará uso de la documentación del Ayuntamiento, señalando los diversos obstáculos a superar para la construcción de enterramientos en la ciudad.

**Palabras clave:** Cementerio; Historia; Ciudad; Ponta Grossa; Muerte..



**R**efletir sobre a cartografia da construção das cidades nos remete a observar quão variados são os espaços que a compõem, bem como coloca em evidência as diversas funcionalidades de cada recorte no seu composto formativo. Esse entendimento parte do princípio de que independentemente da extensão de um lugarejo, uma vila ou uma cidade se constituem, ele necessita de soluções de ambientes que abarquem fins específicos contemplando não somente aos vivos, mas também aos mortos. Nesse processo de demarcação de espaços internos, o destinado a abrigar os falecidos não tem como ser excluído, pois os indivíduos são seres finitos e como tal, falecem, havendo necessidade de enterrá-los, cremá-los, ou dar-lhes outros designios como forma de cumprir a última etapa do fechamento do ciclo existencial terreno.

Com a chegada da finitude e diante da obrigatoriedade de depositar os corpos em locais identificados como a última morada, os olhares se voltam primeiramente em direção ao cemitério, cuja superfície não possui somente uma dimensão funcional, mas também está imbuída de todo um caráter simbólico, ligada às relações dos seres humanos com o campo das crenças. Num âmbito geral, no Brasil, desde a secularização dos cemitérios em 1891, são espaços públicos, pois estão abertos para receberem cadáveres independentemente de origem, sexo, idade entre outros aspectos, entretanto, em seu interior, a demarcação converge para a configuração territorial num princípio de individualidade tendo em vista os vários túmulos que os compõe. Com base nesse olhar, é possível metaforicamente apresentar a estrutura dos cemitérios tradicionais criados no século XIX, como um lugar transfigurado a uma espécie de colmeia, cuja construção se efetiva a partir de pequenos casulos. Todavia, quando cada um deles vai sendo ocupado e fechado, histórias vão sendo fixadas, permitindo afirmar que esse espaço se categorize como um mosaico histórico, e sua configuração sustentada em bases de memórias individuais e coletivas.

Nesse sentido, os cemitérios são espaços mediadores para se buscar a compreensão de circunstâncias históricas interligadas ao longo do tempo. Este trabalho pretende trazer à tona elementos que entrecruzaram a estruturação da ocupação urbana da cidade de Ponta Grossa (PR), entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, quando se deu a criação dos primeiros espaços extramuros. Nos dedicaremos a analisar o caso dos cemitérios São João Batista (indicado no mapa abaixo em verde, na parte centro esquerda), Sant'Ana (também conhecido como da paróquia ou da matriz, indicado no mapa abaixo na parte centro inferior junto a Catedral de Sant'Ana) e São José (indicado no quadrado amarelo no canto superior esquerdo do mapa).





## Os primeiros tempos

No trajeto do caminho de Sorocaba – Viamão,<sup>2</sup> Ponta Grossa se configurou como agrupamento humano no século XVIII. Esse percurso de aproximadamente 1.100 quilômetros de extensão era utilizado tanto para o desenvolvimento do comércio de gêneros alimentícios e o trânsito de contingentes humanos, quanto para o deslocamento de tropas que levavam muares e vacum do sul do Brasil para serem vendidos na Feira de Sorocaba em São Paulo. Em virtude da distância do itinerário e sem a possibilidade de chegar rapidamente no destino final, os tropeiros se deparavam com uma longa rota a ser vencida durante vários dias sobre o lombo de animais, cruzando terras despovoadas onde não havia ainda arraiais ou quaisquer outros arranjos humanos dos colonizadores, exigindo paradas de descanso para se recuperarem dos desgastes provocados pela viagem.

Inicialmente, as interrupções da jornada se davam em locais aleatórios seguindo a morfologia do terreno. Mas, com o passar do tempo, roteiros começaram a ser traçados e utilizados com mais frequência proporcionando o aumento da circulação de pessoas e alguns deles acabaram se tornando “lugares de referência” entre àqueles que conduziam as caravanas, consolidando-se como paragem e, gradativamente, foram centralizando atividades ao entorno das necessidades das comitivas, favorecendo um incipiente desenvolvimento. Esse foi o caso de Ponta Grossa, localizada aproximadamente na metade do caminho entre Viamão e Sorocaba. Em decorrência da permanência de tropeiros na região, fazendeiros locais se depararam com uma nova fonte de renda lucrativa ao arrendarem por alguns meses suas propriedades para a invernação do gado transportado, pois os animais precisavam chegar ao destino final em boas condições de venda, precisando de recuperação do desgaste sofrido no deslocamento, além da necessidade de se fortalecerem para o restante a ser percorrido. A Rota dos Tropeiros,

*respondeu, à sua época, às circunstâncias necessárias para garantir os melhores resultados no deslocamento e transporte dos animais. Incluíam-se nestas condições a disponibilidade e o acesso ao alimento para a tropa de muares, como o pasto e a água. Junto a estas condições básicas havia ainda a necessidade da presença de vegetação aberta e com trechos de rios rasos (passos) que facilitassem a passagem do gado, em pelo menos um período do ano (Cassol Pinto & Liccardo, 2013, p. 18).*

A excelente qualidade do pasto foi um elemento que contribuiu à permanência prolongada na região, em razão de propiciar a engorda mais rápida dos animais recuperando seu vigor e aparência contribuindo para elevação de sua qualidade comercial. Diante de uma nova ordem que se estabeleceu como reflexo do percurso da rota do Caminho de Viamão, “gradativamente, formaram-se povoados constituídos por pequenos comerciantes que visavam a atender estes tropeiros. Neste contexto surgiu em meados do século XVIII, o vilarejo

<sup>2</sup> Esse trajeto também é conhecido como Caminho das Tropas. Estendendo-se pelas terras paranaenses da região dos Campos Gerais, o caminho cruzou territórios dos atuais municípios de Campo Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, de onde se dividia em dois traçados: um para leste, incluindo Campo Largo, Curitiba e Balsa Nova, e outro para norte, incluindo Ponta Grossa, Carambei, Castro, Tibagi e Telêmaco Borba, Piraí do Sul, Jaguaíva, Arapoti e Sengés, já no limite com São Paulo (Cassol Pinto & Liccardo, 2013, p. 23).



de Ponta Grossa, assim denominado por encontrar-se sob um capão da ponta grossa” (Knebel, 2001, p. 310).

Elisabete Alves Pinto e Maria Aparecida César Gonçalves (1983) retrataram esse momento da história de Ponta Grossa, e afirmaram não ser possível perder de vista que até o final do século XVIII a concentração do núcleo populacional desse lugarejo era predominantemente rural, sem grandes deslocamentos e movimentações. Era nele que às coisas aconteciam, onde os indivíduos construía suas vidas e a grande maioria das pessoas nasciam, viviam, morriam e ali mesmo eram enterradas.

Especificamente em relação ao local no qual os falecidos eram enterrados pode-se dizer que, embora topograficamente compusesse parte do mesmo chão da fazenda, é permitido imaginá-lo diferentemente do restante do conjunto da terra circundante, sendo demarcado simbolicamente por uma linha imaginária isolando dois mundos distintos, o dos vivos e o dos mortos. Ele era identificado como um ponto de reencontro com o passado trazendo uma carga de sentimentos e emoções. Tal aspecto se justifica porque os espaços “se diferem em suas formas e características e se constituem lugares em determinados contextos. Distintos lures como a casa, a praça, o mercado, que possuem uma função determinada, podem carregar múltiplas identidades e referências” (Castro, 2008, p. 30). Segundo Elisiana Trilha Castro, “o que de verdade dá sentido a um lugar é o conjunto de significados, os símbolos que a cultura local imprimiu nele, e é isso que leva ao outro a sentir, partindo de seus valores, o lugar ao qual se visita” (2008, p. 27).

A realização de sepultamentos nas fazendas nesse período decorria praticamente pela quase inexistência de cemitérios na região, sendo o mais próximo localizado nos arredores da Capela de Santa Bárbara do Pitangui,<sup>3</sup> a aproximadamente 14km de distância. Dessa maneira, se olhássemos panoramicamente do alto para a região, poderíamos visualizar uma espécie de pulverização de pequenos locais de enterramento espalhados no âmbito privado das propriedades. Nesse contexto, entre o final do século XVIII e início do XIX, o Brasil,

*como em outros países marcados pela religiosidade católica, eram comuns os sepultamentos dentro das igrejas. As sepulturas cercavam os altares, as paredes, o chão de capelas e matrizes e, quanto mais próximo aos santos e ao altar da consagração, mais digno e desejado era o local da sepultura. A proximidade com os mortos sepultados dentro das igrejas era parte de um processo, no qual, a morte era vivida através de outros ritos próximos de homens e mulheres, com a realização de cortejos e de velórios em casa (Castro, 2008, p. 32).*

Porém, se a perspectiva de ter seus corpos depositados no interior ou perto a locais considerados santos fosse almejada pelos ponta-grossenses, a opção mais próxima era os arredores da Capela de Santa Bárbara do Pitangui, ao lado do Cemitério dos Jesuítas. A história dessa capela, primeira a ser construída na região para servir inicialmente de oratório no ano de

<sup>3</sup> O paulista José Goes de Moraes doou o terreno recebido de herança de seu pai à Companhia de Jesus, nos campos do Pitangui, sob o qual os jesuítas construíram sua casa e uma igreja dedicada a Santa Bárbara em meados de 1729 (Fernandes, 2003, p. 25).

1729, está ligada à presença dos jesuítas e ao movimento das tropas e viajantes nessas terras. Contudo, de acordo com Pedro Novaes (1943, p. 21), poucos foram os moradores locais que alcançaram o feito de obter sua última morada nesse lugar, ocasionando que os sepultamentos ali realizados se tornassem uma exceção, pois a regra prevalente era a do sepultamento nas próprias fazendas.

Mesmo mais de um século depois da fundação dessa capela, em um momento em que não era mais permitida a realização de enterramentos no interior das igrejas na metade do século XIX (Novaes, 1943, p. 25), encontramos registros de “ilustres” ponta-grossenses manifestando desejo de serem sepultados nesse local. O que pode ser observado no trecho do registro testamental do Coronel Balduino de Almeida Taques, redigido em 1863,

*Eu Balduino de Almeida Taques, como cristão, católico que sou em qual religião nasci e fui educado e espero morrer, tendo-me deliberado a fazer meu testamento como de minha livre vontade e em meu perfeito juízo e saúde perfeita, declaro minhas disposições pela maneira e forma seguinte: primeiramente que meu testamenteiro logo que eu faleça e tenha que dar-se o meu corpo a sepultura, recomendo que seja envolvido em um hábito da Ordem de São Bento para ser enterrado se possível for na Igreja de Santa Bárbara do Pitangui e que o caixão em que for encerrado seja na maior simplicidade sem galão algum (Correia, 2015, p. 171).*

Como forma de reflexão sobre o cemitério dos Jesuítas, podemos interpretá-lo como um espaço gerador de anseios entre os cidadãos relativos a questões pertinentes ao sepultamento e ações de uma autoridade religiosa que estariam ligadas a elementos dessa circunstância, pois teriam que deslocar-se até a região de Castro, comarca competente para buscar soluções dos trâmites almejados. O historiador Pedro Novaes fez menção às adversidades encontradas pelos moradores devido ao afastamento tanto da capela Santa Bárbara do Pitangui quanto do Cemitério dos Jesuítas, fazendo com que os habitantes do lugarejo se reunissem em 1809 para enviar uma petição junto à instituição eclesiástica superior, requerendo a demarcação de um campo santo mais próximo ao pequeno núcleo urbano em que viviam.

Guisella Chamma (1988), argumentou sobre a importância do encaminhamento feito ao representante da Igreja Católica, visto que sua aprovação proporcionaria mais alento aos moradores quando precisavam lidar com as inquietações trazidas pela morte. Segundo ela,

*Ouvindo as reclamações dos moradores, que o cemitério da capela Santa Bárbara ficava muito longe, conseguiram que o Vigário de Castro, após consulta ao Bispo de São Paulo, concedesse provisão para a realização de enterros, batizados e casamentos fora da Vila de Castro. Essa provisão permitiu a construção do cemitério e pequena Capela nas proximidades dos caminhos das tropas (Chamma, 1988, p. 16).*

Como mencionou a autora, a solicitação foi atendida e, em 1810, ocorreu a demarcação do solo que abrigaria o cemitério São João Batista, que se tornou o primeiro campo santo de Ponta Grossa. O chão escolhido ficava próximo a uma antiga capela do mesmo orago

construída pelos moradores nos primórdios da ocupação do território, mas sob o qual pesavam algumas restrições impostas pela instituição eclesiástica quanto ao seu uso. A “finalidade dessa Casa de Deus era basicamente a de oficializar a encomendação dos corpos, não sendo permitido a realização de nenhuma outra cerimônia religiosa no local” (Bach & Sniegovisk, 1976, p. 57), pois dentro dela não tinha altar nem paramentos. Dessa forma, distanciava-se da amplitude das funções pertinentes a lugares de culto e oração. Trazendo a área designada para o cemitério ao nosso atual contexto do município, podemos situá-lo na parte da Praça Barão de Guaraúna, entre as travessas das ruas Balduino Taques e Avenida Vicente Machado. Área localizada atualmente no centro da cidade, onde há uma circulação intensa de pessoas as quais, possivelmente, nem sabem que transitam sobre a superfície que tempos atrás comportou um dos cemitérios da cidade.

O livro de assentamento de óbitos da matriz indica que no ano de 1820 viviam na povoação 777 habitantes, sendo 555 brancos, 106 pretos e 116 pardos. As demandas relacionadas ao falecimento eram supridas pelo então cemitério paroquial de São João Batista (Pinto & Gonçalves, 1983, p. 92). No entanto, em 1823, um novo cenário passou a ser desenhado no lugarejo, numa conjuntura de transformações políticas, quando ocorreu a separação da vila de Ponta Grossa da jurisdição de Castro. Instituiu-se a Freguesia de Nossa Senhora Santana de Ponta Grossa e, com isso, requeria-se uma reestruturação administrativa que impunha novas regulações adequadas à situação apresentada. Ou seja, o estabelecimento da edificação para abrigar os órgãos públicos, a construção de uma igreja para os cultos coletivos e a demarcação de um novo campo santo mais próximo das outras instituições que se constituiriam na nova freguesia.

De acordo com Rosimeri Knebel, um ponto médio de alcance entre as diversas fazendas foi o lugar escolhido para o levantamento das estruturas exigidas, mais precisamente no alto de uma colina.<sup>4</sup> Elas foram separadas territorialmente numa distância de poucos metros uma das outras, fazendo com que as demais construções fossem se estabelecendo em seu entorno. Niltonci Batista Chaves nos relata que “a expansão de Ponta Grossa se iniciou pela ocupação da parte mais alta da cidade (900-980m), e os primeiros eixos viários originaram-se no centro da cidade de forma tentacular e radial, obedecendo aos espigões do relevo” (Chaves, 2001, p. 12).

Por se localizar na parte alta do território, “as ruas desciam ladeira pelos quatro cantos” (Chamma, 1988, p. 22). Situação que ocasionou condição topográfica pouco favorável à estruturação do novo cemitério, o Sant’Ana, que exigia um solo linear. Muito embora, inicialmente, essa premissa não tenha sido percebida, tornando-se evidente apenas a partir do momento que os primeiros falecidos começaram a ocupar o espaço. Subsequente aos enterros, manifestações de desagrado quanto ao desnível e à inclinação do chão do cemitério tornaram-se objeto de discussões entre os moradores, tornando-o a um espaço de debate urbano (Fernandes, 2003, p. 75). Questionava-se a sua funcionalidade devido à dificuldade de se realizar o processo de escavação da terra para a abertura das covas, de modo a deixá-la planejada no momento de recebimento do corpo. Ao mesmo tempo, esta característica do terreno exigia do executor esmero e mais cuidado quando fosse levantada a estrutura tumular externa.

<sup>4</sup> A localização atual está entre o Colégio Estadual Medalha Milagrosa e o Corpo de Bombeiros.



Outro elemento que acirrou a insatisfação em relação ao solo do campo santo foi “quando numa certa ocasião houve um violento temporal durante a noite, e pela manhã, os moradores viram assustados, que muitos túmulos e covas rasas do cemitério haviam sido levados pela enxurrada abaixo em direção aos campos da Ronda” (Chamma, 1988, p. 23). Esse foi o ápice do descontentamento para com àquela necrópole. Este relato, indica que o episódio deve ter impactado os cidadãos, que se depararam com algo totalmente inusitado. Afinal, ao ser danificado, o campo santo não afetaria somente a materialidade dos túmulos, mas, inclusive, a representação da memória dos falecidos, diante da crença de que não deviam sofrer violação, ainda que advindas das intempéries da natureza. Após esse acontecimento danoso, o cemitério construído no morro ao lado da matriz, então chamado de Sant’Ana, passou cada vez mais a ser preterido quando havia a necessidade de enterrar os mortos, o que levou a que o cemitério São João Batista, mesmo mais distante do núcleo urbano, voltasse a ser mais procurado pelos usuários quando necessitassem sepultar alguém, culminando com a decretação da desativação do cemitério da matriz em 1872 devido à pouca utilização (Fernandes, 2003, p. 72).

Devido à grande requisição por parte dos moradores, o cemitério São João Batista atingiu sua capacidade de ocupação chegando ao ponto de não ter mais condições de receber novos enterramentos na medida em que a expansão de sua área de circunferência havia se estendido ao máximo de abrangência. No momento que o cemitério São João Batista foi declarado como incapacitado de receber novos corpos, o núcleo populacional e o econômico da cidade apresentava uma nova dinâmica na área urbana. De acordo com o José Augusto Leandro,

*A crise econômica das fazendas dos Campos Gerais pode, em termos gerais, ser demarcada como manifestando-se mais agudamente na década de 1860, arrastando-se até o final da primeira década do século XX. Como reação a este estado de crise, a burguesia fazendeira dos Campos Gerais começou a diversificar suas atividades econômicas para manter a sua riqueza. Um dos caminhos foi atuar diretamente no sítio urbano (Leandro, 1995, p. 7).*

Nesse sentido, a distância entre o centro da cidade e o cemitério São João Batista foi proporcionalmente diminuindo, até a malha urbana se aproximar das portas do cemitério obrigando os representantes dos poderes público e eclesiástico a avaliar a configuração anunciada, e, simultaneamente, a buscar soluções para atenderem a nova ordem referente ao sepultamento. Um elemento a ser apresentado para explicar a ocupação quase que total do cemitério São João Batista são os dados demográficos da população ponta-grossense, entre o período de 1853 a 1870, quando dobrou o número de pessoas morando na localidade. Romário Martins (1941, p. 37) indica que no ano de 1853, havia 3.033 habitantes (1.652 homens – 1.381 mulheres) distribuídos entre as 16 fazendas de criar, os 543 sítios de lavoura e os três engenhos de erva-mate, sendo que em 1870, esse índice saltou para 6.490 indivíduos (3.411 homens – 3.079 mulheres). A elevação da curva demográfica desse período não estava relacionada somente com a reprodução natural dos indivíduos, mas também ao processo de migração



interna e a chegada de levas de famílias de imigrantes provenientes do Paraná que se fixaram na região. O que, ampliando o número de falecidos, ocasionou a necessidade de expansão do local de sepultamento, chegando a um momento de não mais haver condições de expandir os limites do cemitério São João Batista.

Com o passar do tempo, se deu o início das discussões na câmara municipal referente à demanda por um local para edificar outro cemitério na cidade. No mês de abril de 1873 tem-se o registo na ata da sessão da Câmara evidenciado a ciência das autoridades quanto ao problema que se apresentava:

*Pelo senhor Silva Carvalho foi apresentada a indicação sob número 3. Indico que se tire verba das obras públicas a quantia de quinhentos mil reis ou um auxílio de trezentos mil reis para a construção de um cemitério provisório, e que se nomeie uma comissão para correr pelo povo uma subscrição até completar a importância do orçamento da obra amputada em quinhentos mil reis sob a base das dimensões seguintes: O cemitério terá quinhentos e setenta e seis braças quadradas, circundará esta área uma série de poste de vinte e trinta polegadas de circunferência e cinco palmos de altura, fincados equidistantes de dez palmos, os quais sustentarão de vinte polegadas de extensão em sentido horizontal seguras nas extremidades por sarrafos de cerca, cravados no centro dos postes furadas a meio sobre os postes centrais de dimensões menores, tendo diante deste quadrado o conveniente portão e em frente a ele o ajambrado da rua.<sup>5</sup>*

Mesmo diante da aprovação e das normatizações impostas pelos integrantes do poder público para o encaminhamento das intervenções a serem executadas, havia a necessidade de investimentos financeiros para custear o projeto (Pinto & Gonçalves, 1983, p. 92). Embora estivessem apontados no documento, os cofres públicos não teriam como arcar com os gastos. Em decorrência da urgência da execução da proposta e da inexistência de recursos, a solução encontrada foi captá-los entre os habitantes do local (em 1870 eram 6.490 habitantes) (Pinto & Gonçalves, 1983, p. 92), prática que pode ser classificada como recorrente na cidade, pois em outras ocasiões a medida havia sido empregada, como relataram Elizabete Alves Pinto e Maria Aparecida César Gonçalves, ao afirmarem que “devido às doações feitas pelos moradores é que Ponta Grossa pôde contar com edifícios públicos e promover o seu desenvolvimento. O Governo Provincial nem sempre atendeu aos seus reclamos” (1983, p. 32).

A questão de verbas, todavia, não foi o único entrave relacionado à construção do novo espaço de sepultamento da cidade. A ela se somou a desavença criada entre ocupantes de dois poderes locais: o político, composto pelos membros da Câmara de Vereadores, e o religioso, na figura do padre Anacleto Dias Baptista, pároco que esteve à frente da paróquia de Sant’Ana entre os anos de 1837 até 1880. Ambos disputaram forças em torno da edificação.

As querelas entre os representantes desses dois segmentos institucionais já vinham ocorrendo desde tempos anteriores, pois o religioso não era bem-visto por alguns mandatários do poder público devido a sua postura de não conciliação em questões envolvendo a Igreja

<sup>5</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Vereadores, fl. 29. Ponta Grossa, 14 abr. 1873.

católica, a ponto de ele não ter sido convidado a integrar o grupo decisório para estabelecer o lugar onde o novo cemitério deveria ser fixado, sendo apenas informado do acordado. Uma ressalva relacionada à composição dessa comissão é que não foi encontrada nenhuma referência quanto a quem seriam esses sujeitos. Entretanto, acredita-se que de tais nomes estavam interconectados em questões de interesses e não seriam escolhidos ao acaso, de maneira aleatória, mas, sim, de forma estratégica.

Como desdobramento da ausência do clérigo nas reuniões deliberativas, outros problemas surgiram na cidade. Dentre eles, a negativa para a realização da cerimônia de benção do espaço sepulcral pelo religioso. Afinal, de acordo com o artigo 60 da Lei de 1828, as Câmaras Municipais teriam “a seu cargo tudo o que diz respeito [...] sobre o estabelecimento dos cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar”.<sup>6</sup> Deste modo, cabia a um representante da Igreja católica cumprir a função de transfigurar o terreno de comum para santo, celebração obrigatória quando novos cemitérios fossem criados.

Diante do embate apresentado, é necessário esclarecer que a escolha do lugar para a edificação da necrópole deveria ter como de costume a aprovação do representante da Igreja Católica, pois essa instituição tinha a prerrogativa de controle das questões relacionadas à morte, dentre as quais estavam o registro de óbitos, os enterros e os cemitérios. Apesar disso, os vereadores ponta-grossenses não o consideraram, fazendo com que a ordem da tramitação caminhasse no sentido inverso. Em contrapartida, devido a sua exclusão do processo, o clérigo utilizou-se do poder simbólico sobre os bens sagrados<sup>7</sup> que possuía e não concedeu a benção ao espaço. Conseqüentemente, sem o aval da Igreja, a Cruz das Almas representando o símbolo da sacralidade não foi levantada (Rezende, 2007, p. 31). Dessa maneira, o cemitério não era visto pelos moradores locais como um campo literalmente santo, devido à ausência da benção eclesiástica. O que fez com que muitas pessoas se negassem a enterrar seus familiares num lugar não santificado, atitude pautada, provavelmente, pelo receio de que o falecido não obtivesse a salvação eterna (Fernandes, 2009, p. 57).

No contexto da simbologia cemiterial, a cruz, é uma alegoria representativa que remete a diferentes sentidos, sendo o principal o da morte de Cristo, expondo sua dor e sofrimento. Um adicional significado é o triunfo da ressurreição, evocando a transição desse mundo para outro, que também poderia ocorrer com os fiéis. Chevalier e Gheerbrant afirmam que a utilização dessa insígnia se faz presente na humanidade desde a Antiguidade. Porém, foi por intermédio da tradição cristã que a ela se agregou a história da salvação e paixão do Salvador. De acordo com o autor,

*a cruz com um braço transversal é a cruz do Evangelho. Seus quatro braços simbolizam os quatro elementos que foram viciados na natureza humana, o conjunto da humanidade atraída para Cristo dos quatro cantos do mundo, as virtudes da alma humana. O pé da cruz enterrado no chão*

<sup>6</sup> Lei de 1º de outubro de 1828 (1828, 1º de outubro). Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Chancelaria-mor do Império do Brasil. [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html).

<sup>7</sup> A esse respeito ver Bourdieu (1989).

*significa a fé assentada em profundas fundações. O ramo superior da cruz indica a esperança que sobe para o céu, a envergadura da cruz é a caridade que se estende mesmo aos inimigos, o comprimento da cruz é a perseverança até o fim (Chevalier & Gheerbrant, 2002, p. 310).*

A metáfora emanada por esse símbolo cristão presente na sua utilização independentemente do tamanho e do material composto, carrega em seu bojo uma mensagem a ser lida e lembrada e que evidencia o homem como um ser finito. Retomando a narrativa do caso envolvendo a benção do cemitério, mesmo sem a aprovação do padre, os trâmites legais para a consecução da obra continuaram e a mesma recebeu o aceite da comissão de obras públicas, em 1873, cujo registro faz parte da documentação da Câmara dos Vereadores,

*O Senhor presidente abriu a sessão e expos em termos concisos que o cemitério achando-se inteiramente cheio de cadáveres e não podendo por conseguinte comportar mais corpos, senão a poucos palmos de profundidade, e isto em deficiência da hygiene e salubridade pública, urge que se abreviasse a abertura do novo cemitério para pôr termo a essa necessidade tão reclamada pela opinião pública; em razão do que convocar a presente reunião para pedir-se ao Exmo. Bispo Provisão para benzer o novo cemitério.<sup>8</sup>*

Somente em 1881, após os percalços e desentendimentos vencidos, a benção foi concedida ao local, quando outro religioso foi designado para assumir a Igreja paroquial da cidade: o padre João Evangelista Braga, que realizou a cerimônia de benções e promoveu a fixação da Cruz das Almas no cemitério, anunciando a todos a sacralidade do lugar. Este passou a ser utilizado pelos cidadãos, afastando a insegurança que pairava sobre muitas pessoas, e, a partir de então o cemitério São João Batista, pouco a pouco, não foi mais recebendo corpos dos falecidos até seu fechamento final em 1887.

Observando a situação apresentada acima, é possível evidenciar a força de atuação das instituições religiosas no imaginário dos fiéis e no controle dos bens sagrados. No caso em questão está a Igreja Católica, mostrando que o local de sepultamento era carregado de significações transcendendo seu uso funcional e atrelado ao campo das representações sociais e crenças dos indivíduos. Somando as circunstâncias da escala local que arrefeceram as forças para a desativação do cemitério São João e as adversidades no contexto de criação de um novo, estava o discurso médico sanitarista desse período, que vislumbrava o ambiente cemiterial como um ponto de higiene pública, razão pela qual deveriam ter sua fixação afastada dos centros urbanos, tornando-se extramuros (Rodrigues, 2005, p. 263). O discurso médico sanitarista era, por outro lado, mais um elemento sustentava a necessidade da nova demarcação. Acreditava-se que a saúde dos indivíduos seria afetada pela coabitação entre vivos e mortos, devido à produção de gases tóxicos (miasmas) resultantes da decomposição dos cadáveres, contribuindo para a contaminação dos vivos (Rezende, 2007; Reis, 1991).

<sup>8</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Vereadores, fl. 32. Ponta Grossa, 16 set. 1873.

Essa forma de olhar os locais de enterramento passou a ser incorporada ao Brasil na primeira metade do século XIX, advindo dos parâmetros e discursos científicos europeus que defendiam o afastamento dos mortos do convívio próximo dos vivos, pois deveriam ser enterrados em locais distante da cidade. De acordo com os novos preceitos higiênicos sanitários, os cadáveres passaram a ser vistos como ameaça à saúde dos vivos e indesejados para o compartilhamento do espaço urbano. Igualmente, os próprios mortos, foram protagonistas do estabelecimento de um novo conceito de cemitério, porquanto foi a partir desses lugares que novos regramentos foram elaborados. Ou seja, serem localizados num território mais amplo, arejado, alto, ventilado e principalmente longe da cidade, conforme destacou João José Reis (1991, p. 268)

Em Ponta Grossa, os documentos analisados apontam que esses preceitos começaram a ser veiculados entre os representantes do poder público em meados do ano de 1873, quando o tema se tornou presente na pauta de discussões. Conforme pode ser observado no trecho da documentação da Câmara de Vereadores,

*A Comissão passando a examinar a localidade em que deve ser feita a obra ao lado da raia velha, em um plano onde os (?), ou no alto da raia, entendendo que esses edifícios (?) em um lugar que seus miasmas cadavéricos pelos centros onde passam a ofender a salubridade pública, o mesmo no local aconselha essas preservações. Salla da Camara Municipal de Ponta Grossa, 16 de abril de 1873. Firmino José da Rocha, João dos Santos Ribas digo Antonio dos Santos Ribas. Entrando em discussão foi unanimemente aprovado, sendo o local o alto da raia.<sup>9</sup>*

Foi no contexto da nova conjuntura de saber médico científico na área sanitária que a exiguidade do cemitério São João Batista se enquadrava. Além de estar superlotado e impossibilitado de receber mais corpos, também não oportunizava ampliar seus limites devido a que o perímetro urbano da cidade estava beirando ao das covas. Situação que tornaria necessária a adoção de atitudes para resolver a demanda por espaço de sepultamento (Fernandes, 2009, p. 72). Foi no contexto destas questões que, em 1890, durante a gestão do Coronel Cláudio Gonçalves Guimarães foi assinado o decreto oficializando a demolição do cemitério São João Batista. O documento incluía a obrigatoriedade de se transladar os restos mortais dos enterrados para o novo cemitério, o São José. Nesse caso, a determinação foi cumprida sem a interferência da Igreja católica, visto que a República já havia sido implantada, o regime de padroado estava extinto e os cemitérios públicos secularizados, perdendo a jurisdição eclesiástica católica (Rodrigues, 2005), cabendo à instituição eclesiástica somente os assuntos religiosos e ficando a cargo do poder público as funções relacionadas ao sepultamento.

O documento de demolição do cemitério São João Batista representa o fechamento de um ciclo na história dos primeiros cemitérios da cidade de Ponta Grossa. Sincronicamente, um novo despontava, na medida em que o Cemitério São José estava oficialmente em funcionamento e distante do perímetro urbano, aguardando novos cadáveres.

<sup>9</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Vereadores, fl. 30. Ponta Grossa, 16 abr. 1873.

## O alto da raia: o início de uma nova história

Foi no local chamado de “alto da raia” que o cemitério São José foi demarcado, e os registros apontam para o ano de 1881 o início de seu funcionamento. Entretanto, nesse momento de abertura, o São João Batista, onde até então os corpos eram sepultados, permanecia ativo, pois muitos dos moradores ainda não haviam concordado com sua desativação, mesmo com ordem das autoridades da cidade. Nesse caso, acredita-se que, entre outros motivos, a não aceitação da inutilização desse espaço pelos ponta-grossenses se refere a estar carregado de sentimentos e lembranças dos antepassados, acrescido da crença de que não se deveria mexer com os mortos.

As primeiras evidências materiais da construção da nova necrópole no município puderam ser identificadas quando as estacas de madeira começaram a ser fixadas e os arames estendidos. Tais objetos desenhavam um novo contorno aos metros de terra cercados (medindo 330 palmos de frente e fundos e 280 dos lados; ou seja, 72,6 por 61,6 metros), e separados do restante da área que não fazia parte do cemitério.<sup>10</sup> O que criava uma nova aura naquele lugar. Por muitos anos as estacas estabeleceram as balizas para dividir os dois mundos completamente distintos, o da vida e o da morte, pois foi somente nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do XX que a madeira cedeu lugar a um muro, proporcionando a remodelação dos limites visuais entre o que estava dentro e o que estava fora.

A respeito do momento da transição do lugar, analogicamente, a parede do muro levantado com tijolos, cimento, pedra e cal poderia ser mirado como uma espécie de muralha, pois isolaria a superfície em meio da vegetação. O muro escondia dos olhares externos aquela porção de terra, ao mesmo tempo em que agregava extremo potencial de ser identificado como uma fronteira simbólica separando campos opostos. A substituição da demarcação inicial para alvenaria foi executada pelas mãos do senhor Francisco Votto, a mando do governante ponta-grossense Augusto Lustosa Ribas (1847-1897). Contudo, anos depois, quando Teodoro Batista Rosas (1912-1916) comandou a administração pública local, a extensão do muro foi ampliada na direção do lado direito de quem o adentrava, aumentando sua configuração de abrangência. Dessa vez, foi Nicolau Ferigotti, zelador do cemitério, que atuou entre os anos de 1909 até 1915, como responsável pelo trabalho de levantar a parede que ampliou o espaço da necrópole chegando à altura do muro próximo de dois metros. Mesmo podendo ser vista como consideravelmente alta, quando observada pelo lado de fora, tornava-se baixa se comparada com a altura de algumas construções tumulares mais próximas a ela, proporcionando a diferença de escala.

O extenso muramento garantia a privacidade do campo santo, que somente se romperia a partir do portão de entrada, cuja confecção era de finas tiras de ferro, estilo completamente distinto do muro, que lhe configurava um aspecto monumental e diferenciado do conjunto da obra. O Portal de entrada, localizado em frente ao Largo Professor Collares, datado do século XIX, substituiu a primeira porta de madeira que igualmente abria-se em duas partes. Porém,

<sup>10</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Vereadores, fl. 93. Ponta Grossa, 28 abr. 1888.



a estruturação da fixação nas laterais destacava mais ainda o portal, pois suas folhas estavam firmadas na parte do muro levantado com blocos de pedra em formato retangular, colocados uns sobre os outros, medindo aproximadamente pouco mais de um metro de largura. O feitiço de uma parede com material reforçado era necessário para proporcionar mais segurança e suportar as malhas de ferro que o compunham, quebrando a sequência linear e uniforme do paredão circundante da necrópole, gerando uma visão harmoniosa. A parte superior da estrutura metálica projetada em formato de meia lua chamava a atenção devido aos detalhes ricamente escolhidos para compô-la. Acima dela, na parte de alvenaria que unia os dois lados do muro, numa espécie de faixa, bem ao centro, reinava soberana uma estátua de anjo. Esta era confeccionada em mármore Carrara, trazido da Itália a mando do senhor Augusto Ribas, que a doou para fechar a estética do portal, lhe proporcionando fino acabamento (Fernandes, 2003, p. 68).

Figura 1. Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José



Fonte: Cemitérios do Brasil – Todas Funerárias News (todasfunerarias.com.br)

Ainda na composição arquitetônica da entrada, nas colunas laterais que sustentavam o portão de ferro, foi colocado em cada uma delas uma cruz compacta de argamassa, espécie de guardiãs que protegeriam o ambiente mortuário no qual o silêncio prevaleceria diuturnamente. Já na área externa ao redor do cemitério, o cenário foi finalizado com o plantio de árvores, sendo essa uma exigência de um dos integrantes do poder público local, conforme consta nos registros da Ata da Câmara dos Vereadores do dia 17 de janeiro de 1879 que dizia: “O Senhor vereador Andrade Ribas apresentou o seguinte: Indico que há bem da higiene pública mande-se plantar no cemitério dessa cidade cem árvores, comprometendo-se o plantador a doar as árvores”.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Vereadores, fl. 61. Ponta Grossa, 17 jan. 1879.

Embora não tenha sido possível verificar se o número de mudas plantadas atingiu a quantidade mencionada no documento, tampouco a quantas mãos se deu a doação, a única informação encontrada a esse respeito relacionada a efetivação do plantio é que ainda temos presente algumas espécies de ciprestes na lateral direita do muro. Neste local, atualmente, faz limite com a rua Balduino Taques, as quais foram encomendadas a mando do senhor Augusto Lustosa Ribas. De acordo com o Alberto Pacheco, os ciprestes assumem a figuração simbólica da morte, da tristeza, da dor e do luto, além de ser uma espécie que não produz flores ao mesmo tempo são de grande longevidade chegando até a 150 anos de vida. Segundo o autor, seu formato esguio, que parece tocar o céu, a relaciona com a eternidade e imortalidade (Pacheco, 2017, p. 22). Ademais,

*além da imortalidade e da eternidade, o cipreste, retornando ao seu tamanho alongado e alto ao infinito, também é considerado como tendo uma ligação entre o céu e a terra. Segundo as crenças cristãs, o espírito sobe ao céu quando o nosso corpo termina a sua fase de vida e o cipreste é um elemento que pode funcionar como uma escada para a eternidade do céu para que o espírito possa encontrar o seu caminho ascendente (Pacheco, 2017, p. 22).*

A ação do plantio de árvores ao redor da necrópole não foi uma exigência adotada exclusivamente pelos parlamentares ponta-grossenses, pois já era uma aplicação executada em outras cidades brasileiras, como citou João José Reis (2006, p. 260). Além dos ciprestes, os pinheiros, eram as espécies mais utilizadas para os locais de enterramento. Todavia, quando o autor expõe a respeito da práxis de plantio encaminha para duas interpretações: a primeira de que; serviriam para adornar e compor o cenário melancólico envolvendo os cemitérios, e, a segunda a de; que alguns reformadores viam nessa execução um simbolismo cívico, pois adornariam a morada eterna de grandes benfeitores da nossa Pátria ali estavam sepultados.

No campo do imaginário, as árvores também podem significar uma referência para o início da demarcação e isolando visualmente o cemitério da cidade, visto que crescem muito acima do muro. Representam uma forma de transpor um percurso que emana outra aura, direcionando a uma atmosfera remetendo à morte e proporcionando o afloramento de distintos sentimentos. Ao percorrermos o interior do cemitério São José, é possível verificar que sua organização ocorreu a partir de caminhos principais e secundários, inicialmente estabelecidos seguindo a normatização do poder público municipal, como pode ser observado na transcrição abaixo:

*O excelentíssimo vereador Silva Carvalho apresentou a indicação: tendo a Câmara de apresentar a planta da quadra do cemitério, submeto a sua deliberação e risco junto que divide a área em seis quadras largas regulares, firmando uma rua de entrada de dez palmos de largura, e as quadras espaçadas equidistantemente. A quadra de número quatro destinada aos acatólicos e aos suicidas, e os outros cinco aos católicos. Igualmente apresenta o modelo do livro de registro de óbitos do cemitério, organizado de conformidade com as posturas do mesmo cemitério, para que a Câmara delibere do modo que achar mais*

*conveniente. [...] Entrando em discussão foi unanimemente aprovado.*

*Vereador Silva Carvalho apresentou a seguinte indicação: Indico que se nomeie uma comissão para apreciação da Câmara, com toda brevidade proceder a demarcação das quadras do cemitério em marcos sólidos e de longa duração até que a câmara o possa fazer com paredes de alvenaria, expedindo-se as ordens necessárias para que de hoje em diante os cadáveres que lá forem sepultados, sejam enterrados na quadra de número um, em ordem e na conformidade das posturas respectivas, e que em nenhum dos outros quadros se abra uma sepultura, sem que o funcionário esteja inteiramente informado, salvo nos terrenos comprados para a ereção de monumentos que podem ser escolhidos indistintamente em torno de qualquer das quadras.<sup>12</sup>*

Maristela Carneiro (2012), que elaborou para sua dissertação de mestrado um mapeamento dos túmulos desse cemitério salienta que quanto às metragens das construções individuais eles possuem a variação entre dois e cinco metros quadrados. Não foram construídos seguindo um critério arquitetônico único, sendo possível observar a suntuosidade de algumas edificações evidenciando a condição social e econômica dos proprietários. Nesse caso, a autora menciona o mausoléu da família do Barão de Guaraúna, datado de 1893, localizado a poucos metros a direita do portal de entrada, que se destacava dos demais devido ao tamanho, se sobrepondo aos do seu redor bem como aos de todo o cemitério em geral, pois ocupava um espaço de cinco metros quadrados (Carneiro, 2012, p. 117).

Não é possível verificar com precisão as primeiras construções tumulares erguidas no cemitério São José, devido ao costume da época em que se registrava na escrituração documental apenas o sepultamento. Não há referências a respeito da designação numérica das edificações tumulares nem de quando foram levantadas. Somente tempos depois, passou-se a adotar essa sinalização no interior do cemitério, inserindo datações por meio de placas indicativas ou diretamente no reboco da sepultura.

Outra face da questão dos registros é a existência de lacunas na sequência dos registros nos livros de assentamentos de óbitos. Dentre os motivos que levaram a essa ausência poderia estar a não anotação por parte do atendente da sequência numérica no documento. Outro elemento a se cogitar é que alguns tenham sido perdidos ou, ainda, talvez descartados, pois o período de maior ausência de dados está próximo ao ano de 1889, quando a Proclamação da República foi estabelecida. Esta foi uma mudança política que ocasionou a secularização dos cemitérios, em 1891, retirando da Igreja sua tutela passando a administração para o poder público (Silva, 2015, p. 41). Na documentação alocada na capela mortuária municipal da cidade, que leva o mesmo nome do cemitério "São José", a data mais longínqua de registro de edificação tumular é o ano de 1890. Dado que remete a um ponto de partida, mas não exclui a possibilidade de que outras construções tivessem sido realizadas anteriormente a essa data, pois fazia nove anos que o cemitério estava aberto. Um terceiro motivo a ser apontado que

<sup>12</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Vereadores, fl. 41. Ponta Grossa, 10 abr. 1874.



impede a clareza da informação é mais recente e vem do ano de 2006, quando a prefeitura municipal desapropriou alguns terrenos do cemitério devido ao elevado estágio de abandono dos túmulos. O que levou a que os novos proprietários demolissem os jazigos antigos e construíssem novos. Dessa forma, a materialidade dos primeiros tempos foi literalmente colocada ao chão.

Diante do exposto, algo que não se deve perder de vista quanto ao espaço cemiterial é que os túmulos são estruturas arquitetônicas que cumprem a função específica de abrigar corpos sem vida e, ao mesmo tempo, deixar um marco temporal nos monumentos de recordação da existência dos indivíduos. Ademais, podemos considerar que são exatamente os corpos sem vida os principiadores das construções desses espaços arquitetônicos, pois é a partir deles que se busca edificar, identificar e simbolizar o lugar que se tornará a última morada. Nessa perspectiva, investimentos financeiros muitas vezes de alto valor são aplicados nesses pequenos metros de terra do campo santo, ao mesmo tempo que a rusticidade e simplicidade presente em outras sepulturas não devem ser classificadas como empecilhos ou obstáculos para a manifestação da evocação da memória dos que se foram. Isso porque abaixo tanto da suntuosa quanto da mais simples dessas edificações, um elemento é predominante, a terra, a qual se abre no formato de covas fazendo com que a igualdade nesse aspecto fosse preponderante.

De modo semelhante, na região do “alto da raia” uma conjunção de tijolos, cal, cimento ou pedras agregou e abrigou o caráter simbólico do espaço cemiterial. Por meio de diversas ferramentas manuseadas por diversos indivíduos foi-se compondo e formando um novo cenário naquele local que antes era apenas um campo. O que tornou a arquitetura a protagonista do espaço, pois a vegetação não foi utilizada como referência natural para compor o interior do recinto, fazendo com que a topografia inicial fosse desaparecendo e uma nova paisagem estivesse sendo construída gradativamente a partir das ocupações das pequenas subdivisões recortadas na terra. De acordo com Michel Vovelle, é necessário lembrar que “a cidade dos mortos emite toda uma simbologia, figurativa ou não, uma arquitetura e uma estatuária, nas quais se refletem os novos afetos familiares e uma consciência diversa de imortalidade” (1999, p. 29).

## Considerações Finais

Finalizando o presente estudo buscou-se oportunizar os leitores de se conhecer aspectos da história da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, partindo de referenciais relacionados aos primeiros locais de enterramento estabelecidos nessa localidade a partir da segunda metade do século XVIII. Com esse enfoque nos cemitérios, procurou-se mostrar que o recorte integrante do espaço das cidades serviu como ponto de reivindicações de diferentes setores da sociedade, desde instituições públicas até particulares, acompanhando seu crescimento e o desenvolvimento. Por intermédio delas, foi possível conhecer ações que proporcionaram transformações no cenário urbano, fornecendo subsídios para se compreender narrativas que envolveram crenças, imaginário e religiosidade.



Em nosso entender, esse estudo contribui para sedimentar registros particularizados da história da cidade, evidenciando que a edificação dos espaços de enterramento se comunicava de forma efetiva com os demais aspectos políticos, econômicos e sociais, desde o início da ocupação. Tal edificação foi uma estrutura de materialidade que esteve imersa no desenvolvimento da realidade da vida cotidiana dos ponta-grossenses, que nesse artigo foi pensado como uma espacialidade que ultrapassou sua função primária de receber corpos sem vidas.

Almeja-se que após esse percurso investigativo sobre os primeiros cemitérios da cidade de Ponta Grossa, caminhos sejam abertos para novas pesquisas e que essa temática ganhe novos contornos analíticos. Por meio do estudo desse ambiente temos a certeza de que o homem é um ser finito, e que sua última casa é num pedaço de chão do cemitério.

## Referências Bibliográficas

Bach, F. & Sniegovisk, J. (Org.) (1976). *Diocese de Ponta Grossa: Cinquentenário (1926-1976)*. Gráfica Vicentina.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand.

Carneiro, M. (2012). *Construções tumulares e representações de alteridade: materialidade e simbolismo no Cemitério Municipal São José Ponta Grossa/PR/BR 1881 - 2011*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/332/1/Maristela%20Carneiro.pdf>.

Castro, E. T. (2008). *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91822>.

Chamma, G.V.F. (1988). *Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder*. SMEC.

Chaves, N. B. (2001). *A cidade civilizada: discurso e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Aos Quatro Ventos.

Chevalier, J. & Gheerbrant, A. (2002). *Dicionário dos Símbolos*. José Olympio.

Correia, C. B. R. (2015). *Os homens bons: os Campos Gerais do Paraná e seus povoadores*. Estúdio Texto.

Fernandes, J. C. (2003). *Das Colinas do Pitangui*. Gráfica Planeta.

Fernandes, J. C. (2009). *Corina Portugal: história de sangue & luz*. Editora Planeta.

Knebel, R. L. (2001). Belle époque ponta-grossense: imigração, ferrovia, sétima arte e música. In C. H. M. Ditzel, & C. L. L. Sahr (Orgs.). *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Editora da UEPG (pp. 309-323).

Leandro, J. A. (1995). *Palco e tela na modernização de Castro*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná].



Cassol Pinto, M. L., & Liccardo, A. (2022). Patrimônio geomorfológico do Paraná - a paisagem ao longo da Rota dos Tropeiros. *Revista Espaço e Geografia*, 16(2), 579-599. <https://doi.org/10.26512/2236-56562013e39990>.

Martins, R. (1941). *Quantos somos e quem somos*. Empresa Gráfica Paranaense.

Novaes, P. (1943). *A fundação de Ponta Grossa*. PMPG.

Pacheco, A. (2017). *Meio Ambiente & Cemitérios*. Senac.

Pinto, E. A. & Gonçalves, M. A. C. (1983). *Ponta Grossa - um século de vida (1823-1923)*. Kluger Artes Gráficas.

Reis, J. J. (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras.

Rezende, E. C. M. (2007). *Cemitérios*. Necrópolis Editora.

Rodrigues, C. (2005). *Nas fronteiras do além. A secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Arquivo Nacional.

Silva, D. J. (2015). Secularização da morte e religião: o processo de secularização dos cemitérios em Goiás, um estudo de caso. *Revista Húmus*, 5(15), 33-44. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/4254/2315>.

Vovelle, M. (1999). *Imagens e Imaginário na História*. Ática.

*Recebido em: 17 de fevereiro de 2024*

*Aceito em: 14 de setembro de 2024*

